



Eixo: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e suas repercussões no trabalho profissional da e do assistente social

TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: CENÁRIO, LUTAS E DESAFIOS

ELINADJA FONSÊCA SILVA¹

ANA SAMILLY ALEXANDRE MOREIRA²

Resumo: O presente trabalho pretende traçar o cenário das lutas e dos desafios postos ao Serviço Social diante da conjuntura de desmonte dos direitos sociais, possibilitado pelas medidas adotadas pelo governo de Michel Temer. Discute o processo de formação sócio-histórica brasileiro e seus rebatimentos na conformação do Estado nacional e da profissão, destacando o tensionamento da relação capital/trabalho no governo Temer e as medidas tomadas pela categoria na defesa da luta da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Serviço Social; Estado; Lutas; Desafios.

Abstract: The present work intends to trace the scenario of the struggles and challenges faced by the Social Service in the face of the dismantling of social rights, made possible by the measures adopted by the government of Temer. It discusses the process of Brazilian socio-historical formation and its refutations in the conformation of the national State and the profession; highlighting the tension between the capital / labor ratio in the Temer government and the measures taken by the category to defend the struggle of the working class.

Keywords: Social Service; State; Fights; Challenges.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende delinear o cenário atual brasileiro, traçando os desafios e as lutas do Serviço Social diante da onda de retrocessos que se agrava no governo de Michel Temer. A análise recorre ao processo de formação sócio-histórica brasileira do ponto vista da entrada tardia aos ditames do capital, evidenciando que as transformações modernizadoras no país ocorreram pela via prussiana, num movimento de coalisção entre as elites e exclusão das camadas populares, com o traço fulcral do atendimento das

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: <elinadja@outlook.com>

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual do Ceará.

necessidades do capital estrangeiro. Esses elementos caracterizam a formação do Estado nacional, com pretensa orientação ao fortalecimento e consolidação da elite enquanto classe dominante, condicionando a conquista dos direitos sociais, sob a marca da tutela e do favor. Dessa forma, para pensar o Serviço Social brasileiro se faz necessário compreender que este apresenta particularidades históricas, uma vez que se relaciona permanentemente com as transformações societárias. Assim, a profissão é atravessada por elementos contraditórios e antagônicos, fruto da luta de classes.

Diante da atual conjuntura brasileira, o artigo busca estabelecer uma relação entre as transformações ocorridas no governo de Michel Temer que afetam a relação capital/trabalho e os desafios e lutas postos à categoria profissional na contemporaneidade, uma vez que, tais transformações se chocam com a direção social assumida pela profissão. Dessa forma, destacamos as principais iniciativas da categoria no fortalecimento da luta da classe trabalhadora.

2 CARACTERIZANDO BREVEMENTE A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA E A RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL

A formação sócio-histórica do Brasil é marcada pela entrada tardia ao mundo do capital, no lastro da transição do capitalismo competitivo ao monopolista, com um forte traço de dependência com o capital internacional. As transformações modernizadoras no país ocorreram pela via prussiana³, ou também conhecida pelo termo cunhado por Gramsci, como revolução passiva, marcado por um movimento de coalisão entre as elites, processo esse que exclui a participação popular.

Dessa maneira, a transição para o capitalismo não rompe com a herança colonial no mais o “moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’, conformando o caráter desigual e combinado do capitalismo [...],

³ Conceito cunhado por Lenin, usado, sobretudo para definir os processos de transição pela via não clássica de desenvolvimento para o capitalismo.

que aprofunda a marca da dependência no Brasil” (ALBUQUERQUE; PEREIRA, 2016, p. 27). Uma sociedade organizada economicamente para o atendimento das necessidades do capital estrangeiro, sofrendo de forma direta as interferências do mercado externo na economia nacional, desde a produção até a organização da sociedade.

Essas características marcam a formação do Estado nacional, destituído de participação popular, e orientado para o fortalecimento e consolidação da elite enquanto classe dominante. Dessa forma, qualquer manifestação das classes populares brasileira era tratada com repressão e como caso de polícia.

Assim, os interesses externos e internos convergiam e alimentavam uma dimensão autocrática do exercício do poder político. Se as diferenciações intra-elites foram acomodadas e toleradas, quaisquer manifestações dos de baixo, mesmo que por um espaço político dentro da ordem, eram vistas como desafios insuportáveis. Fernandes fala de uma consolidação conservadora da dominação burguesa no Brasil, especialmente se se observa a imposição desta sobre a classe operária, marcada pela repressão ou pela cooptação/corrupção: “Isso faz com que a intolerância tenha raiz e sentido políticos; e que a democracia burguesa, nessa situação, seja de fato uma democracia restrita, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 78).

Dito isto, a conquista dos direitos sociais se faz através de uma arena de disputa, por meio da luta de classes, muito embora a garantia desses na esfera do Estado se consolidam por meio da tutela e do favor, e de forma fragilizada, sendo facilmente atingidos pelas flutuações políticas que acompanham a história da sociedade brasileira⁴, elementos que ressaltam a debilidade nos processos democráticos e a preponderância de relações autoritárias no país⁵. O Serviço Social carrega traços desse processo de formação da sociedade brasileira, com pretensa dificuldade de romper com o

⁴ Um exemplo de que essa fragilidade no que concerne aos direitos sociais nos acompanha até a atualidade, é o pacote de “reformas” adotadas pelo governo ilegítimo de Michel Temer, que não só ameaça como também vem destruindo direitos que outrora foram assegurados na constituição.

⁵ Aqui não pretendemos homogeneizar esses processos, cada região teve/tem suas particularidades nas características mencionadas.

passado profissional “que caracteriza o Serviço social no âmbito estrito da execução terminal das políticas sociais mediante uma formação técnica especializada para a prática da assistência e manutenção do *status quo*” (ALBUQUERQUE; PEREIRA, 2016, p. 17).

Dessa forma, para pensar o Serviço Social brasileiro nos é requerido compreender que este apresenta particularidades históricas, uma vez que se relaciona permanentemente com as transformações societárias. Concordamos com Iamamoto (2009) na compreensão de que o quadro sócio-histórico não se reduz ao pano de fundo para posteriormente pensarmos a profissão. A profissão não está afastada dessas transformações, antes, responde às necessidades da sociedade, participando do processo de reprodução das relações sociais; atravessada, portanto, pelo aspecto contraditório e antagônico das classes sociais.

Isso confere à profissão, além da dimensão vivida e representada pela consciência de seus agentes profissionais, expressa pelo discurso teórico-metodológico sobre a prática profissional, uma dimensão que atribui à atuação profissional determinação histórica. Essa dimensão condiciona e ultrapassa a própria vontade e consciência de seus agentes individuais, situando a profissão no processo das relações sociais. (SILVA, 2011, p. 41).

Para compreender a relação entre a profissão e a sociedade, consideramos essencial romper com a visão endógena do Serviço Social. Essa visão de dentro do Serviço Social, aceita que a profissão adquiriu tal *status* num processo evolutivo das práticas caritativas, sem nenhuma relação com as transformações societárias. Consideramos que olhar a profissão afastada da realidade, de suas contradições e correlações de forças levam os profissionais a recaírem em duas perspectivas danosas ao fazer profissional, a visão fatalista e a messiânica (IAMAMOTO, 2009).

A primeira leva o sujeito a crer que a realidade está dada, que não existe mais nada a ser feito, imprimindo dessa maneira um cotidiano profissional burocratizado, sem estratégias de transformação da realidade, levando ao conformismo. A segunda trata o profissional de forma heroica, como se ao profissional ou a categoria coubesse, de forma individualizada,

transformar a sociedade, sem considerar os limites impostos pela própria realidade.

É necessário recordarmos que o Serviço Social enquanto profissão surge com um projeto de cunho conservador, ancorado nos aportes teóricos, ideológicos e culturais da doutrina social da Igreja Católica, dessa maneira, imprimia em seus profissionais uma determinada visão de mundo e um receituário específico para intervir diante dos problemas sociais.

Aqui no Brasil esse quadro começa a sofrer alterações no curso da autocracia burguesa, durante o Regime Militar consolidado em 1964. A modernização conservadora colocada em curso pelo Regime contribui de forma decisiva com a crise do modelo do Serviço Social tradicional. Destacamos que esse processo deve ser compreendido de forma ampla, por meio da renovação profissional num quadro de transformação do Serviço Social em todo o continente.

A década de 60 colocou para o profissional do Serviço Social desafios provenientes não só das novas exigências das reformas de base, como também o aumento da demanda do Estado e do capital privado, que levaram à constatação da falência do marco com os quais a profissão vinha operando (QUIROGA, 1991, P. 87).

É no contexto da América Latina, que nessa época surge o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, explicitando uma preocupação com a estrutura excludente do modo de produção capitalista no contexto latino-americano, como também, realiza uma análise crítica da formação e do exercício profissional a partir das suas realidades.

Enquanto fenômeno profissional, ele instaurou-se como resposta possível elaborada por setores da comunidade profissional como alternativa à evidente falência do Serviço Social institucional que, no continente, sempre foi um Serviço Social a que cabe a caracterização de tradicional (NETTO, 1981, p. 59).

Netto (1981, p. 60) destaca dois elementos importantes que caracterizam o Movimento de Reconceituação, o primeiro é que foi um movimento heterogêneo em suas tendências, “gravitou ora em torno de uma proposta de adequação profissional às demandas institucionais

(modernização), ora em torno de uma alternativa que postulava uma prática de natureza nova (ruptura)”, o segundo elemento é o seu curto lapso temporal, durando cerca de 10 anos, devido o contexto em que se instauram em vários países do continente, regimes ditatoriais. Esse movimento tem rumos distintos no Brasil, uma vez que o país já se encontrava em um regime militar, assim, a participação ativa dos profissionais brasileiros no movimento de Reconceituação se encontra minada pela ditadura.

Dessa forma, o processo brasileiro ficou conhecido como a Renovação do Serviço Social, representando um momento de heterogeneidade nas propostas e no enfrentamento da realidade social, a saber:

A renovação do Serviço Social é, portanto, fruto de um processo histórico que possibilita o pluralismo no seio do Serviço Social, ao encontrarmos a diversidade no que diz respeito às maneiras de enfrentar a realidade social, de compreender a questão social e o próprio Serviço Social. Diversidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa na profissão: do modo de pensar, fazer e escolher (CARDOSO, 2013, p. 135).

A renovação do Serviço Social no Brasil apresenta três vertentes/projetos profissionais distintos, sendo eles: a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura (NETTO, 2011).

A perspectiva modernizadora se caracteriza pela adequação do Serviço Social conservador às exigências colocadas em curso pela autocracia burguesa. Buscando novas técnicas e bases científicas para o fazer profissional, no entanto, sem romper com seu traço conservador, atuando de forma sincronizada aos ditames do regime militar sob a autocracia burguesa.

A perspectiva de reatualização do conservadorismo segundo Netto (2011, p. 202) representa o “processo de renovação do Serviço Social no Brasil [...] no interior da complexa dialética de ruptura e continuidade com o passado profissional”, esta, recupera a vinculação com a doutrina social da Igreja, toma como referência teórica-metodológica a fenomenologia, enfatizando a intervenção profissional centrada na pessoa, atuando por meio da ajuda psicossocial, sendo está a principal diferença com o Serviço Social tradicional.

A última vertente, conhecida como intensão de ruptura, se caracteriza por seu posicionamento contrário ao projeto hegemônico capitalista e por seu referencial teórico-metodológico marxista. Essa aproximação possibilita o desenvolvimento de atividades que requerem um processo investigativo da realidade, dada às novas exigências profissionais. É a partir dessa interlocução que a categoria profissional encontra subsídios para avançar no seu aparato teórico, prático e investigativo e que também promove uma série de revisões no seu aparato legal, além da vinculação do projeto de profissão às lutas do conjunto da classe trabalhadora e dos movimentos sociais.

É através da recusa e da crítica ao conservadorismo no trânsito da década de 70 à 80 (NETTO, 2009) que se terá as condições e o acúmulo necessário à construção do Projeto Ético-político do Serviço Social. O corpo profissional envolto pelo movimento dos/as trabalhadores/as que reivindicava profundas transformações políticas e sociais, enxerga as suas demandas e se reconhece inserido no conjunto da classe trabalhadora. O aspecto político propiciado pela abertura democrática do país deve ser visto como crucial à construção do novo projeto profissional, uma vez que as demandas político-sociais possibilitaram o pluralismo político dentro da profissão, “conseguiram inseri-la, de modo inédito, no marco do movimento dos trabalhadores brasileiros (NETTO, 2009, p. 150)”.

Neste sentido, a construção deste projeto profissional acompanhou a curva ascendente do movimento democrático e popular que, progressista e positivamente, tensionou a sociedade brasileira entre a derrota da ditadura e a promulgação da Constituição de 1988 (à que Ulisses Guimarães chamou de Constituição Cidadã) – um movimento democrático e popular que, inclusive apresentando-se como alternativa nacional de governo nas eleições presidenciais de 1989, forçou uma rápida redefinição do projeto democrático das classes proprietárias (NETTO, 2009, p. 157).

Dito isto, fica exposto que a profissão surge de uma necessidade da própria sociedade, como uma especialização do trabalho, com suas particularidades e inscrita na divisão social e técnica do trabalho. Assim, pressupõe entender a prática profissional ligada ao conhecimento da realidade e condicionada pela disputa pelo poder entre as classes sociais. Portanto, olhar para história e para o movimento da realidade é extremamente necessário à

profissão, se relacionando diretamente com o cotidiano profissional, para captar os desafios, identificar as possibilidades e travar as lutas dentro dos limites da sociedade capitalista, tendo como horizonte estratégico a superação dessa sociabilidade.

3 CONJUNTURA BRASILEIRA, DESAFIOS E LUTAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

As jornadas de Junho de 2013 se apontaram no Brasil como expressão de um conjunto de desmontes no âmbito dos direitos sociais e trabalhistas que já vinham sendo apresentados desde o aprofundamento do neoliberalismo na década de 1990 e continuadas com os governos neodesenvolvimentistas de Lula e Dilma. Sem desconsiderar os importantes avanços que foram alcançados no período desses últimos governos, é sabido que suas direções políticas e econômicas não perderam de vista a manutenção do capital, o que fez despontar, por consequência, um quadro conjuntural de fortes ataques à classe trabalhadora oriundo das necessidades mercadológicas do capital.

Diante do processo de precarização das relações de trabalho e da vida dos/as trabalhadores/as, do desemprego estrutural, dos cortes no orçamento das políticas sociais, acompanhamos um momento de grandes mobilizações sociais em todo o país. Vale destacar que em meio a esse processo de lutas, foi aprovada e sancionada pela então presidenta do país, Dilma Rousseff, a lei que ficou conhecida como Lei antiterrorismo, com um claro apelo à criminalização dos movimentos sociais e mobilizações populares.

Cabe destacar que esse momento da realidade brasileira se conecta profundamente com a crise estrutural do capital internacional, tendo em vista as disputas imperialistas pela hegemonia, com forte ofensiva sobre o trabalho e os direitos sociais. Essas disputas têm sido feitas através da superexploração econômica e das riquezas naturais dos países periféricos, em muitos países a partir de golpes de Estado; da abertura dos mercados para os grandes

monopólios internacionais; do estrangulamento dos orçamentos das nações periféricas através de pagamento de juros das dívidas e da regulação, através dos organismos internacionais, dos gastos e investimentos das políticas públicas.

No tocante a realidade brasileira, ainda se consolidou o golpe parlamentar⁶ em maio de 2016, destituindo do cargo a presidenta eleita Dilma Rousseff. O seu vice, Michel Temer assume o cargo e de imediato anuncia um novo programa de governo conhecido como “Ponte para o futuro”, que passou a ser executado sem o apoio da população, uma vez que vem implementando medidas que concretizam o desmonte de uma série de direitos que outrora haviam sido conquistados via Constituição Federal, como também desmonta as próprias políticas sociais, sob o argumento do receituário neoliberal de que o Estado enfrenta uma crise e que se gasta demais com as políticas sociais, sendo a saída efetuar cortes e ajustes nessa área.

O governo ilegítimo de Michel Temer teve como uma de suas principais medidas a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016, que prevê o congelamento dos gastos públicos por 20 anos, ocasionando impactos desastrosos em áreas essenciais como saúde e educação “visto que a PEC altera os critérios para cálculo das despesas mínimas nessas áreas que serão corrigidos pela variação da inflação do ano anterior, sem aumento real” (90 dias do governo Temer, 2009, p. 6).

Outra medida que gerou descontentamento foi o corte no número de ministérios, com ônus principalmente para as pastas sociais, onde foram cortadas as pastas de Comunicações; Desenvolvimento Agrário; e das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, e Cultura, que posteriormente voltou a existir após a pressão de grupos artísticos, artistas, ativistas e movimentos sociais. Além disso, foi extinta a Controladoria-Geral da União sendo rebatizada de ministério da Fiscalização, Transparência e Controle.

⁶ Cabe destacar as outras instituições e grupos que estiveram a frente do golpe como o grande empresariado, da Fundação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), da mídia que foi peça fundamental para a consolidação do golpe como, a Rede Globo, a revista VEJA, o agronegócio, e o Movimento Brasil Livre (MBL).

Outra forte tensão deste governo que surge sob o signo da luta contra a corrupção foi a nomeação de 5 ministros investigados pela operação Lava-Jato, fora o envolvimento de outros ministros como Romero Jucá em escutas telefônicas e escândalos de corrupção, sendo o próprio presidente Michel Temer alvo de gravações e acusado de envolvimento com propinas oriundas do grupo JBS.

No pacote de ofensivas sobre o trabalho, destaca-se a Lei de terceirizações e a Reforma trabalhista, essa última aprovada pelo senado em 11 de julho de 2017 e já sancionada por Michel Temer. A reforma traz como pontos principais o aumento da jornada de trabalho que passou de 8 horas diárias, para até 12 horas diárias e o período de descanso e alimentação que anteriormente, para quem trabalhava 8 horas, era de no mínimo uma hora, podendo chegar até duas horas, com a reforma, esse intervalo passa a ser negociado com o patrão, desde que se tenha o mínimo de 30 minutos garantidos.

Também foi criada a modalidade de trabalho intermitente, aquele por período de trabalho, isso quer dizer que, o trabalhador será convocado conforme a demanda e que será remunerado com base nas horas que efetivamente trabalhar. Essa modalidade afeta a forma e o ritmo do trabalho e, atinge principalmente, a garantia de uma remuneração digna e mínima ao final de cada mês, ainda permitindo que esse trabalhador possa servir a mais de um empregador ao mesmo tempo sem nenhum tipo de proteção social garantida. Outra aberração é a negociação do empregado diretamente com o patrão, negociação essa que pode prevalecer sobre a legislação. Dessa forma, os sindicatos e as empresas podem negociar condições de trabalho diferentes das previstas em lei, mas isso não significa que ocorram para o benefício dos trabalhadores⁷.

Outra medida que avança para a sua aprovação é a Reforma da Previdência, que dentre inúmeras alterações sinaliza o aumento da idade mínima e do tempo de contribuição para aposentadoria, sendo respectivamente

⁷ A Reforma Trabalhista contém outras mudanças; não nos alongaremos diante do espaço/tempo que nos foi dado, nosso objetivo foi situar algumas modificações e seus impactos na relação capital/trabalho, e principalmente do ônus para a classe trabalhadora.

de 65 anos e 25 anos, para homens e mulheres de todos os setores. Outro elemento é a idade para o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) que passará a ser, se aprovada, de 65 anos para 70 anos. A Reforma da previdência representa um nítido estímulo a contratação da previdência privada beneficiando o capital na figura dos bancos e outras instituições financeiras, colocando em curso o fim da previdência pública.

Tentamos até o presente momento delinear o quadro de retrocessos presente na nossa conjuntura. Poderíamos mencionar inúmeros outros elementos para tal afirmação, como o Projeto Escola Sem Partido, os cortes na educação, como também o desmonte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com a redução do orçamento destinado a política de assistência social e a crescente implantação de programas de cunho voluntarista, como o programa Criança Feliz que tem como embaixadora a primeira-dama Marcela Temer.

Diante disso, vários são os desafios para o Serviço Social, vale destacar que desde o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais⁸ (CBAS) de 1979 a categoria assume o compromisso e se vincula a luta junto à classe trabalhadora, na certeza do seu próprio pertencimento a essa classe. Dessa forma a direção social da categoria tem se voltado para a construção de um novo projeto societário vinculado aos interesses da classe trabalhadora, prova disso, é a construção de uma agenda política da categoria voltada ao compromisso ético-político com as lutas da classe trabalhadora ao longo de mais de 40 anos.

Dito isto, é central considerar que a adoção da agenda neoliberal pelo Estado, aprofundada nos últimos dois anos, coloca em ameaça o projeto ético-político da categoria, uma vez que precariza as relações e as condições de trabalho, tanto do ponto de vista do desmonte das políticas pelas quais o profissional realiza a sua intervenção, como também nas próprias condições concretas e objetivas enquanto sujeitos pertencentes à classe trabalhadora.

A ofensiva desse governo ilegítimo vem exigindo da categoria, uma atuação profissional acrítica com respostas imediatas, setorializadas,

⁸ Compreendemos o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais como um marco histórico, fruto de um processo muito mais longo de amadurecimento e disputas dentro da categoria.

burocratizadas, tecnicistas. Se mostrando como alternativa às novas exigências, o ensino aligeirado e massificado, abre não somente um vasto campo de atuação das instituições de ensino privadas e à distância, como também perpassa um processo de cortes nas instituições de ensino públicas, com a diminuição do número de vagas, de bolsas e até mesmo o fechamento dessas.

No caso do Serviço Social, destaca-se a avassaladora expansão de ensino privado e na modalidade à distância, que formam uma nova geração de assistentes sociais que se afasta, cada vez mais, das diretrizes curriculares da profissão, determinando o surgimento de um verdadeiro “exército de reserva profissional”. Esse excedente profissional interfere sobremaneira no mercado de trabalho e na quase generalizada precarização do trabalho dos assistentes sociais (MOTA; AMARAL, 2014, p. 36-37).

O processo de precarização do ensino deságua na precarização do trabalho profissional, uma vez que, se tem assistido cada vez mais o sucateamento dos equipamentos e os cortes nas políticas sociais, o que força tanto uma seletividade nas respostas aos usuários, como abre caminho e fortalece a perspectiva do voluntariado e da filantropia. Assim, vale considerar que “estamos testemunhando uma refilantropização no campo da prestação dos serviços assistenciais [...] fortalecendo o jogo de interesses privados[...] afetando o seu caráter público” (IAMAMOTO, 2009, p. 159).

As reformas aprovadas e em curso no país se chocam diretamente com os princípios fundamentais dispostos no Código de Ética da profissão, reforçando mais uma vez o papel da categoria na luta e defesa dos interesses da classe trabalhadora. A PEC 241/2016, a reforma trabalhista, a reforma da previdência e as inúmeras outras medidas do governo de Michel Temer, colocam em cheque a ampliação e a consolidação da autonomia dos sujeitos, a qualidade dos serviços ofertados à população, tendo um papel decisivo na relação capital/trabalho, deixando nítida a sua atuação em favor do grande capital nacional e internacional.

Essa conjuntura tem exigido da categoria a defesa intransigente da democracia, da participação popular nos processos decisórios, à recusa ao autoritarismo presente nesse governo, e principalmente se posicionar “em favor

da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática (CFESS, 1993, p. 23)”.

Diante da emergência, a categoria vem somando ao conjunto dos/as trabalhadores/as nas paralisações e mobilizações que vem ocorrendo no Brasil inteiro. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), também vem, enquanto entidade representativa da categoria, somando às lutas, mobilizando o conjunto profissional na campanha em defesa do SUAS, lançando moção de repúdio à redução do orçamento destinado ao SUAS e também produzindo materiais para subsidiar as discussões em torno das reformas do governo, exemplo disso, é o CFESS manifesta especial – A contrarreforma trabalhista, CFESS manifesta edição especial - Não à contrarreforma da previdência, CFESS manifesta - Contra o desmonte da seguridade social e o CFESS manifesta especial - Pessoa idosa e pessoa com deficiência.

Diante de tamanha ofensiva, é necessário fortalecer as bases da categoria, permanecer na defesa por uma formação profissional pública e de qualidade, somar às lutas dos movimentos sociais e organizações políticas, resgatar o trabalho de base junto à população, no sentido de instrumentalizá-los de informações sobre os retrocessos, para que se possa construir estratégias coletivas para barrar a retirada dos direitos da classe trabalhadora e avançar na construção de uma “nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993, p. 24) . Como já disse Che Guevara: “Se o presente é de luta, o futuro nos pertence”.

4 CONCLUSÃO

Em tempos temerosos, os ataques aos direitos e as políticas sociais estão na ordem do dia no governo de Michel Temer. A estrutura político-midiática-judiciária que orquestrou e consolidou o golpe vem atuando de forma decisiva na relação capital/trabalho, com um nítido compromisso em torno do beneficiamento do capital, operando um verdadeiro desmonte dos direitos sociais.

O conjunto da profissão vem sentindo os efeitos do golpe, tanto no que diz respeito à formação profissional, na atuação junto às políticas e programas, como também na sua condição de trabalhador/a. O governo em curso vem exigindo uma atuação profissional acrítica, que corrobore com os interesses da classe dominante e pra isso tem compactuado e beneficiado o crescimento das instituições privadas e das instituições à distância, que promovem um processo de formação aligeirado e distanciado das diretrizes curriculares da profissão.

Dessa maneira, é imprescindível à categoria a organização e luta contra as reformas e medidas propostas por esse governo, já que elas não somente ameaçam, mas colocam em cheque o projeto ético-político da profissão, como também esmagam os direitos da classe trabalhadora.

As entidades representativas da categoria vêm demonstrando não temer os retrocessos, se colocando na linha de frente na batalha contra o avanço do capital, produzindo materiais que dão subsídios nas discussões sobre os desmandos do governo Temer, fomentando espaços de formação continuada, participando das greves, paralisações e mobilizações na luta contra os retrocessos e na defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Em tempos de avanço do conservadorismo, de banalização da vida, crise de segurança e retirada de direitos como expressões da agudização da relação entre capital/trabalho, o posicionamento do conjunto representativo da categoria profissional de forma combatente e coerente na defesa dos direitos sociais e da democracia brasileira, reafirma nosso compromisso histórico com as demandas e lutas do povo brasileiro e da defesa de um projeto de profissão crítico e popular para o Serviço Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

90 DIAS DE DESGOVERNO GOLPISTA. Disponível em: <<http://frenteampaspd.redelivre.org.br/2016/08/11/90-dias-de-desgoverno-golpista/>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

ALBUQUERQUE, Cynthia Studart; PEREIRA, Eveline Medeiros. **Transformações contemporâneas, educação e realidade brasileira: formação profissional em Serviço Social na experiência do IFCE**. Recife: Imprima, 2016.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivonete. **Política Social, fundamentos e história**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CARDOSO, P. F. G. **Ética e projetos profissionais**: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil. São Paulo: Papel Social, 2013.

CFESS MANIFESTA. Disponível em:
<<http://www.cfess.org.br/visualizar/manifesta>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

_____. **Código de Ética profissional do Assistente Social**. Brasília, 1993.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela (Orgs.). **Serviço Social brasileiro nos anos 2000**: cenários, pelepas e desafios. Recife: Editora UFPE, 2014.

NETTO, José. A crítica conservadora à reconceptualização. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 5, 1981.

_____. A construção do Projeto Ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete [et.al.] (Orgs.). **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2011.

QUIROGA, Consuelo. **Invasão positivista no marxismo**: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 2011.